



III EBE | III ENCONTRO BAIANO DE CULTURAS | ESTUDOS EM CULTURA



A EDUCAÇÃO DO NEGRO DA ROÇA EM SÃO FELIPE-BA: POR UMA POLÍTICA DO RECONHECIMENTO

Luzia Martins dos Santos Silva
Professora da Escola Municipalizada
Presidente Médici – São Felipe-Ba
Contato: luz-martins@hotmail.com

Resumo

O presente texto é parte de um trabalho que realizei sobre a educação do negro da roça no município de São Felipe-Ba. Inicialmente faço um breve percurso histórico sobre a história da educação do negro e dos moradores da roça visualizando o processo de exclusão porque passou e ainda passam os negros e de modo particular aqueles que moram na roça. Observa-se que existe muita dificuldade para que esses sujeitos (negros da roça) tivessem (e tenham) acesso à escola e, por conseguinte permaneça nela. Percebe-se que a dificuldade se dá principalmente porque não existe por parte do poder público um currículo, nem políticas de acesso e permanência que considere as diferenças existentes entre os sujeitos envolvidos no processo educacional.

Palavras-chave: Educação – negro – moradores da roça

Introdução

Nos últimos anos tem-se intensificado os estudos das “minorias”: negros, homossexuais, mulheres, com o intuito de compreender estas vozes excluídas e promover políticas públicas voltadas para estas causas particulares. No que se refere ao negro em particular, embora defendam que vivemos em uma democracia racial, ainda visualizamos uma sociedade racista, no sentido de que nega a toda uma população o direito de terem sua história conhecida e reconhecida socioculturalmente. Por isso, faz-se necessário que estudos sejam realizados no intuito de compreender a história do povo brasileiro dentro das suas diversas especificidades.

Esse artigo é parte de uma reflexão sobre a história da educação dos negros da roça no município de São Felipe-Ba, discutindo a existência das políticas públicas voltadas para eles, como também perceber a concepção que estes sujeitos tem sobre essas políticas e como se veem representados nas escolas.

Para tanto, trago um rápido histórico da educação do negro e da educação no espaço rural, mostrando como o poder público tratou esse seguimento social que tanto contribuiu para a construção da nação brasileira. A seguir faço uma pequena descrição de como anda as políticas públicas atuais voltadas para os negros da roça e como o município de São Felipe-Ba se insere nesse cenário. Brevemente trago algumas discussões a cerca das práticas educativas e das políticas públicas voltadas para atender as necessidades e vicissitudes de estudantes negros/as da roça no município visualizando qual enorme atraso ainda o sistema educacional deste município tem sofrido, no que se refere aos sujeitos estudados.

Vale ressaltar que optei por utilizar neste trabalho o termo roça, pois esse termo mostra as especificidades mais concretas desse espaço devido aos variados sentidos atribuídos à palavra roça. Pode-se dizer que roça é sinônimo de zona rural – moro na roça, também pode se referi a propriedade – eu tenho uma rocinha, bem como pode se referi a uma determinada plantação – eu tenho uma rocinha de inhame (Santos, 2003).

Dessa forma, busco neste trabalho fazer provocações no sentido de atentarmos para a forma como o sistema educacional brasileiro dialoga com os diversos sujeitos que formam o nosso País.

A educação para o negro da roça – um caminhar difícil diante de uma realidade negada

Atualmente reflexões têm sido feitas acerca da educação dos negros a favor de uma memória positiva de seus descendentes e de sua cultura. No entanto, ainda que a discussão sobre diversidade seja o foco neste momento, dados históricos comprovam que existe uma dívida a ser reparada no que diz respeito à educação do povo negro. De acordo com Queiroz (2004), o Brasil é considerado o país com maior proporção de negros fora da África e esse contingente concentra-se, sobretudo, nas regiões norte e nordeste do país. Em estados como a Bahia e o Maranhão, os negros chegam a representar cerca de 80% da população. Mas, apesar da expressiva presença da população negra no país, existe uma distância considerável entre negros e brancos no acesso a educação, saúde, no aspecto econômico, enfim em vários setores de nossa sociedade.

Esse fato é resultado de um longo processo de exclusão vivido pela população negra. Este povo durante a história foi violentamente deixado à margem por uma sociedade racista, que lhes negou o direito de serem reconhecidos como sujeitos na construção da sociedade brasileira.

Segundo as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004 p.07), o poder público brasileiro sempre teve uma postura *ativa e permissiva* diante do processo de exclusão vivido pela população negra.

Conforme o documento:

O decreto no 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que as escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O decreto no 7.031 –A de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares.

Esses decretos mostram que o racismo brasileiro institucionalizado – além daquele vivido pela população em geral, na esfera individual, – negou ao povo negro a oportunidade de acesso a uma educação formal. De acordo com as histórias da educação e do negro no Brasil, são poucos os textos que tratam do fato de relegarem à população negra o direito de frequentar uma escola. Quando nos referirmos à educação no Brasil sob a ótica étnico-racial, somos constantemente levados a tratar da desigualdade e da exclusão, no que tange ao acesso aos bancos escolares vividos pela população não-branca. Por mais de duzentos anos, os africanos escravizados não tiveram nenhum tipo de oportunidade de estudo formal. A verdade é que ainda em meados do século XIX a Corte usava da lei para proibir a entrada de africano e seus descendentes na escola oficial (SILVA e SILVA, 2005).

Ainda sobre esse aspecto Siss (1999 *apud* SILVA; SILVA, 2005) declara que a existência de uma política educacional no Brasil para negros, data de pouco mais de meio século e acontecia sob o pulso escravocrata e oligarca rural. Ainda dentro dessa perspectiva, Siss cita Linhares (1995, p. 09) que reafirma: “O Brasil reservou a aprendizagem letrada para a classe dirigente, tanto que até a década de 1920 apenas 25% da população brasileira era alfabetizada”.

Essas informações são ainda mais alarmantes quando tratamos de modo especial dos negros e negras¹, que vivem na roça². As pesquisas realizadas na primeira metade do século XX

¹ O conceito de negro segue o que diz o IBGE: negro se refere a pardos e pretos.

apontaram resultados lamentáveis na educação pública do país. Segundo Dávila (2005), neste período o sistema educacional alcançou cerca de 100% das crianças urbanas em idade escolar, no entanto apenas 40% das crianças em idade escolar em todo o país. O resultado dessa disparidade foi a lacuna existente entre o índice de alfabetização urbano e rural. Pois, enquanto 73% da população urbana estava alfabetizada, a mesma porcentagem da população rural era analfabeta.

O Ministério da Educação – MEC (2007), por meio de um periódico intitulado: *Educação do Campo mudando paradigmas*, chama atenção para a enorme dívida que o Estado tem para com os moradores do campo, tendo em vista a política de colonização do interior do país, negando todos os direitos trabalhistas. Este fato gerou um forte preconceito em relação aos povos que vivem e trabalham na roça.

Para Leite (1999 *apud* ANTONIO; LUCINI, 2007), a educação rural sempre foi relegada a planos inferiores, resguardadas pelo elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na afirmação de domínio público: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa da gente da cidade”. É por essa razão que, segundo Antonio & Lucini (2007), as “escolinhas” que criaram no meio rural eram poucas, geralmente multisseriadas e conseqüentemente isoladas.

Segundo o MEC (2007), na década de 1960, havia uma preocupação das elites com o crescimento do número de favelados nas grandes cidades. Então, como forma de conter este fluxo de pessoas que saíam do campo e se aglomerava nas periferias, foram criadas no meio rural algumas escolas. Desse modo, a educação rural tinha a função única de fixar o homem no campo.

Assim regia a LDB de 1961, no seu art. 105, “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais”.

Nesse sentido, a preocupação do Estado era manter o homem da roça – majoritariamente negro – sob controle longe dos centros urbanos para não incomodar o “conforto” da elite urbana e branca. Ou seja, não havia nenhum cuidado com o ensino da roça, nem preocupação de que forma se daria o processo educacional rural.

² Optei por utilizar o conceito de roça, ao invés de zona rural, por entender que poderá demonstrar mais da identidade cultural da minha região. Ver: SANTOS, Fábio Josué de Souza. Por uma escola da roça. *Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 12, n. 19, p. 147-158, jan./jun., 2003.

Por isso, as escolas criadas não estavam atentas as peculiaridades desses sujeitos, não havia currículo, muitas sequer tinha espaço adequado, funcionavam nas casas das “Professoras³”. Estas, geralmente não tinham formação adequada, pois para o ensino no meio rural não se exigia qualificações.

Gente da roça não carece de estudo não: São Felipe ainda precisa dar muitos passos

No Brasil ainda é realidade a grande desigualdade social visível principalmente na educação. Segundo Gomes (2003) o sistema educacional, através de diversos mecanismos, sempre reservou aos negros e pobres, em geral, uma educação de inferior qualidade, pois o essencial dos recursos materiais, humanos e financeiros que deviam ser voltados à educação de todos os brasileiros, restringia-se a um pequeno contingente da população – uma elite branca – que detinha a hegemonia política, econômica e social no país.

Como o Brasil viveu por meio de uma economia latifundiária e escravocrata até o final do século XIX, seus dirigentes não tinham interesse em promover uma educação voltada para os espaços rurais e, principalmente para os negros, que nem eram considerados cidadãos. Logo, os textos constitucionais de 1824 e 1891 não fizeram menção alguma à educação no meio rural, isso somente será colocado, brevemente, em pauta na constituição de 1934.

Embora algum tempo tenha se passado, em vários municípios pequenos ainda existem diversos problemas relacionados à educação do homem da roça. Para Caldart (2002) é preciso que haja lutas por políticas públicas que garantam ao povo do campo o direito a uma educação **no** e **do** campo. No: o povo tem direito a ser educado onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, e que estejam vinculadas a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais.

Diante de tantos descasos com a educação, principalmente em relação à cultura negra, indígena e, à educação do (no) campo, os movimentos sociais têm se organizado para reivindicar políticas públicas que dê assistência a esta parcela da população que está escondida pelos frios dados estatísticos. Com isso, e sob muita pressão, as Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo foram aprovadas, assim como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que é uma correção do estado, mesmo que de uma forma simbólica, pelo débito histórico para com estes sujeitos: negros (as) e indígenas.

³ Neste período geralmente eram as mulheres que se encarregavam do processo educativo, pois o ato de ensinar recebe uma conotação de afetividade e a professora passa a ser uma espécie de “segunda mãe”.

Essa discussão nos permite perceber que quando se fala desses sujeitos – o negro e o homem do campo – estamos falando de algo que em muitos aspectos se fundem, pois são os mesmos sujeitos destituídos de direitos dentro de um campo comum. O sujeito da luta pela terra e pela reforma agrária é o mesmo que fora expulso das fazendas no pós-abolição e que ao longo da vida foi se tornando arrendeiro, meeiro enfim, “sem-terra”. Assim como são os mesmos sujeitos da resistência na terra dos quilombos e da luta pela identidade própria desta herança. Apesar de tais avanços, ações efetivas por parte do poder público têm deixado a merecer. Leis são aprovadas e não cumpridas, principalmente em municípios pequenos que tem uma população majoritariamente da roça como é o caso de São Felipe-Ba.

São Felipe é um município que se localiza no Recôncavo da Bahia, a 175 Km da capital Salvador-Ba, e tem uma população de aproximadamente 20.000 habitantes, onde cerca de 60% destes moram na zona rural⁴. Pode-se dizer que praticamente todo o município vive no regime de Agricultura Familiar, pois os moradores da roça são micros e pequenos proprietários, outros moram e/ou trabalham em terrenos de outros na condição de arrendeiros⁵, logo não possuem condições financeiras elevadas.

Em São Felipe os dados existentes de acesso e permanência de negros moradores da roça no espaço escolar, não são diferentes das realidades citadas no texto. Segundo dados dos moradores da roça, a maioria dos que nasceram em meados do século XX não tiveram acesso a escola e alguns tiveram apenas como meio de aprender assinar seu nome, sem muitas perspectivas de continuar a estudar⁶. Isso mostra que não era propósito do poder público brasileiro favorecer aos negros moradores da roça acesso à educação

Atualmente aqueles que desejam continuar seus estudos precisam se deslocar para a sede do município, arriscam suas vidas em carros velhos e estradas perigosas, além de encontrar salas superlotadas, e falta de carteiras, alguns professores ainda não possuem qualificação adequada para a área que atuam o que muitas vezes acarreta num ensino desqualificado. Além disso, não existe nenhum tipo de preocupação com a realidade na qual esses sujeitos estão inseridos, geralmente o ensino é totalmente descontextualizado como afirma Santos:

(...) os livros didáticos através de seus textos e gravuras desconsideram o homem, a mulher, a criança da roça, pois quase nunca eles são considerados nos livros didáticos! Há anos, quando apareciam, eram representados como seres sem cultura,

⁴ Ver Portal do município de São Felipe – Bahia – Brasil, In: [HTTP://www.saofelipenet.com/](http://www.saofelipenet.com/)

⁵ Arrendeiro se diz de alguém que aluga um determinado imóvel (no caso em questão o imóvel é terra) de outra pessoa por certo tempo e preço.

⁶ Essas informações, sobre o acesso dos negros da roça à educação no município de São Felipe foram obtidas por meio de fontes orais, em depoimentos nos diversos espaços de conversas: rodas de casa de farinha, encontros de associação, encontros de igreja, dentre outros.

marcados pelo estereótipo de sujeitos “atrasados”, um verdadeiro “bicho do mato que precisa ser civilizado” (2003, p.150)

Esse modo pelo qual enxergamos o morador da roça está muito presente na realidade escolar. Recentemente ouvi que uma aluna usou do fato do colega morar na roça para ofendê-lo. Como vemos ainda existe tanto por parte dos alunos como de alguns professores a visão de que os moradores da roça são inferiores. Ainda não existem nos currículos escolares questões históricas de exclusão porque passaram e passam esse seguimento social. Por essa razão muitos não conseguem considerar importante estudar. Quando perguntado a uma informante se sua família teve acesso à escola ela responde:

Minha mãe estudou sim, até a segunda série, não por falta de vontade dela e sim por falta de oportunidades que na época era difícil. (...) Meu pai, como sempre esteve ausente não tenho o que falar de sua escolaridade, na verdade ele só existe por telefone(...) Na minha família só eu terminei o ensino médio, minha irmã estudou até a 5ª série, como ficou grávida deixou os estudos e nunca mais voltou a estudar⁷ (...)

Diante dessa fala nos perguntamos que política tem sido feita para que essa educanda, sem nenhuma referência em casa devido às condições em que vive, continue a estudar. Nada dessas realidades é considerada quando se trata do ensino do negro da roça e por isso muitos evadem. E para a escola vira apenas estatística. Notamos que em muitos casos essas dificuldades mexem com toda a estrutura desses educandos e interferem no aprendizado. Muitos educandos apresentam dificuldades na aprendizagem com afirma esta informante:

Quando partir para a cidade para dar continuidade ao ensino fundamental e posteriormente o médio, dificultou muito minha vida, pelo fato de eu morar distante onde circulava o transporte escolar e também pela má qualidade desse transporte que quase sempre não conseguia alcançar sua meta de roteiro porque quebrava antes dela. Senti dificuldade também para acompanhar o método de ensino usado pelos educadores, talvez por não usar formas simples de maior compreensão, mas também o cansaço físico e psicológico causado pelas dificuldades que se repetia diariamente até chegar ao colégio, dificultava muito o aprendizado⁸.

Essa educanda estudou na década de 1990, no entanto, alguns anos se passaram e muitas coisas continuam no mesmo lugar. A maioria das escolas da roça são multisseriadas e sem nenhum tipo de currículo diferenciado, por isso os professores têm dificuldades para trabalhar. Aqueles que precisam se deslocar tem muitas dificuldades com transporte, muitos carros chegam a levar uma semana sem rodar por variados motivos: mal tempo, falta de pagamento, carro quebrado, enfim os educandos da roça continua a sofrer porque moram na roça.

⁷ Soraia de Jesus Santana, 21 anos concluiu o ensino médio (**entrevista concedida em julho de 2008**)

⁸ Lindinalva dos santos, 25 anos atualmente graduada em Gestão de Cooperativas na Universidade Federal do recôncavo da Bahia. (entrevista concedida em Julho de 2008)

Dessa forma, os negros moradores da roça continuam sem políticas que lhes favoreçam. É urgente, portanto, que possamos continuar com discussões que possam buscar alternativas tanto curriculares com políticas públicas para esses sujeitos não tenham com única alternativa o pensamento de sair da roça pra estudar.

Considerações Finais

A verdade é que as escolas brasileiras reproduzem uma série de conceitos, concepções e práticas que confirmam a construção do mito da inferioridade tanto negro como do homem da roça. Por isso é recorrente que as crianças e jovens estejam frequentemente atrelados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar ou estudar para sair do campo. Isso se dá porque assim como é omitido a contribuição do continente africano para a população brasileira omite-se também a importância da agricultura familiar para a organização do país. Neste sentido, como nos diz Molina (2002) este estudo pode fomentar em nós reflexões no sentido de contribuir para desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre moradores da roça e da cidade, entre brancos e negros, e promover o fortalecimento da identidade e autonomia destes sujeitos para que compreendam a relação não de hierarquia, mas de complementariedade.

Dessa forma, compreendemos que é preciso que os próprios sujeitos entendam a lógica de educação que lhes são oferecidas e desse modo possam questionar e buscar que se crie um projeto educativo, no qual considere a formação do ser humano nos seus diversos espaços, nas diferentes culturas. Assim, os trabalhadores negros moradores da roça poderão dar-se conta de que eles também são sujeitos das transformações necessárias no país e no mundo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *Ouvir contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. *Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação*. Cadernos Cedes, Campinas-SP, v. 27, n. 72, p. 177-195, mai./ago, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>> Pesquisado em: 15 de maio de 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. *Educação do campo: diferenças mudando paradigmas*. Cadernos Secad 2, Brasília-DF, março de 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília-DF outubro de 2004.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DIAS, Lucimar Rosa. *Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais. Da LDB de 1961 a Lei 10639*. Revista espaço acadêmico. São Paulo, ano IV, n. 38, julho de 2004.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos nas escolas mineiras do século XIX*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOLINA, Monica Castagna. Desafios para educadores e as educadoras do campo. In: KOLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli (ORG). *Educação do Campo: Identidade e políticas públicas* Coleção Por uma Educação do Campo, Brasília, DF, n.04, 2002.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas *O negro e a Universidade Brasileira*. Revista História Actual Online. n. 3, p. 73-82, fevereiro, 2004.

SANTOS, Fábio Josué de Souza. Por uma escola da roça. Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v12, n.19, p.147-158, jan./jun.,2003.

SILVA, Ana Rita Santiago da; SILVA, Rosângela Souza da. *A história do negro na educação: entre fatos, ações e desafios*. Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 24, p. 193-204, jul./dez, 2005.